



MILITARIZAÇÃO NÃO É EDUCAÇÃO! ABAIXO-ASSINADO CONTRA O PLC DAS ESCOLAS CÍVICO-MILITARES

É na Escola que a gente aprende, além das disciplinas clássicas como português, matemática, história e biologia, a exercer cidadania, a pensar em nosso papel na sociedade. Esses valores tão basilares estão sendo postos à prova pelo Governador Tarcísio de Freitas, que sempre que pode deixa de lado a educação e desvaloriza o trabalho dos professores e professoras do Estado de São Paulo.

No final do ano passado, Tarcísio encaminhou à Alesp (Assembleia Legislativa de São Paulo) uma PEC (Proposta de Emenda Constitucional) para reduzir de 30% para 25% o orçamento voltado à Educação. Com a falácia de fortalecer a Saúde — outro setor essencial para a população e tratado com desdém —, o governador quer colocar mais uma pá de cal na educação pública, uma vez que essa retirada de 5% pode representar até R\$10 bilhões a menos em investimentos na pasta, impactando diretamente na qualidade de ensino dos estudantes e nos direitos dos profissionais da educação.

Nesse contexto, o Projeto de Lei Complementar 09/24, também conhecido como PLC das Escolas Cívico-Militares e de autoria do governador de São Paulo, é mais uma camada de retrocesso na Educação do Estado, pois visa militarizar as escolas que já existem.

Pela iniciativa, enviada à Alesp para votação, a coordenação dessas escolas será feita pelas secretarias de Educação, que deve arcar integralmente com o orçamento, e a de Segurança Pública, sendo que esta entrará apenas com a parte ideológica, sem colocar nenhum centavo na iniciativa. Não há um planejamento e tampouco uma justificativa pedagógica adequada para essa medida, a não ser o loteamento de policiais sem função nas escolas, interferindo na formação de nossas crianças e adolescentes, cerceando-as do livre exercício crítico.

Escola é um espaço de aprendizagem e de formação cidadã, e não de aparelhamento de um projeto de Estado controlador, conservador e militarista!

Além disso, o desrespeito com os profissionais de educação fica latente: no PLC de Tarcísio, os professores serão policiais reformados ou afastados e terão um salário inicial maior (entre R\$6.000,00 e R\$9.000,00). do que de um professor padrão, que ganha, logo ao assumir o cargo, R\$ 4.505 para jornada de 40 horas semanais e de 2.815,63 para 25 horas semanais. Em poucas palavras, os PMs professores ganharão mais que o dobro em relação aos profissionais devidamente preparados para exercer a função.

Por isso, é inadmissível que o PLC das Escolas Cívico-Militares seja aprovado!
Não à militarização e ao sucateamento da Educação! Simbora barrar mais esse retrocesso.